

A discriminação do Rio Grande

DARCY FRANCISCO CARVALHO DOS SANTOS*

A imprensa tem noticiado a reclamação do nosso secretário de Desenvolvimento sobre o tratamento que vem recebendo em Brasília. Não tenho como avaliar esse fato, embora me pareça procedente.

Tenho como avaliar, no entanto, o tratamento que Estados e municípios estão recebendo no tocante às transferências de recursos federais, que vêm caindo por conta dos incentivos concedidos para a compra de automóveis, mediante a redução do IPI, e pela redução do valor da chamada Cide combustíveis.

O caso do ingresso insignificante das transferências de capital parece ser uma discriminação ao RS

No primeiro caso, o governo federal prejudica duplamente os municípios, por um lado, reduzindo sua arrecadação e, por outro, criando transtornos à mobilidade urbana, porque as ruas não estão preparadas para receber tantos veículos.

Quando à Cide, foi uma saída encontrada para aumentar o preço dos combustíveis sem que se refletisse nas bombas, aumento esse que se tornou necessário pelos desmandos na Petrobras, ocorridos no governo passado. Além de tudo,

essa política está aumentando o consumo de combustíveis, ao ponto de levar o país a importar 15% dos derivados de petróleo que consome, quando já havia anunciado a autossuficiência.

O reflexo na arrecadação dos Estados também é marcante. Para isso, tomo o Rio Grande do Sul como exemplo. A participação do Estado na receita da União caiu 8,7%, descontada a inflação, no período de janeiro a setembro deste ano em relação a igual período do ano anterior. O Fundo de Participação dos Estados caiu 1%, o IPI exportação, 26%, e a Cide combustíveis, 34%. Isso se torna mais significativo diante do crescimento sistemático da despesa.

Há outro exemplo que nos deixa intrigados, que são as remessas facultativas para aplicar em investimentos, as chamadas transferências de capital, cujo valor realizado significou 65% do orçamento em 2010, apenas 18% em 2011 e, no corrente exercício, até setembro, somente 20%. A maior realização se verificou no governo de partido adversário!

A continuar essa tendência, a frustração das transferências federais superará R\$ 700 milhões, contribuindo sobremaneira para o déficit do exercício que pode chegar ao dobro disso.

Finalizando, pode-se concluir que grande parte das razões da queda das transferências federais deve-se a uma política governamental de âmbito nacional. Mas o caso do ingresso insignificante das transferências de capital parece ser uma discriminação ao RS.

*Economista

E por falar em avaliação...

REJANE DE OLIVEIRA*

Compreender que o acesso à educação pública de qualidade é fundamental para acabar com a desigualdade social no Brasil é o mínimo que se espera dos governantes.

A falta de investimentos na área no Rio Grande do sul, onde não se investe nem o mínimo estabelecido pela Constituição Estadual – 35% da receita corrente líquida –, tem uma profunda relação com as mazelas sociais que atingem todos os segmentos da sociedade. A ausência de políticas educacionais capazes de oportunizar aos filhos dos trabalhadores melhores condições de aprendizagem contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais, da exclusão.

Quem irá avaliar o governo Tarso por descumprir o que determina a Constituição?

A garantia de acesso a um ensino público de qualidade e a valorização dos educadores são premissas fundamentais para que a escola cumpra o seu papel social. Educar é, antes de tudo, construir cidadania, promover a emancipação, formar seres críticos e capazes de desenvolver suas potencialidades nos diferentes espaços da sociedade, inclusive no mundo do trabalho.

Recentemente foi lançada mais uma ação mirabolante do governo estadual. Infelizmente,

não se trata da destinação de recursos para a compra de equipamentos e materiais pedagógicos, à construção de novos prédios escolares, muito menos para garantir salários dignos. Quicá fosse o cumprimento da lei do piso nacional! Resume-se apenas à criação de (mais) um mecanismo de avaliação, denominado Sistema Estadual de Avaliação Participativa (Seap). É um mecanismo de aferição criado com o objetivo de mascarar a ausência de políticas públicas para a educação, como se não fosse visível a precariedade e o sucateamento a que estão submetidas as escolas da rede estadual.

A educação gaúcha precisa de mudanças efetivas nas estruturas educacionais, que, se bem executadas, transformariam não só a vida daqueles que frequentam as escolas públicas, mas a vida de suas famílias e suas comunidades, incidindo diretamente na melhoria das condições de vida da população, na distribuição de renda e na redução das disparidades socioeconômicas que caracterizam a nossa sociedade. O “novo” sistema de avaliação tentará mais uma vez rotular os(as) aluno(as) como incapazes e os(as) professores(as), como incompetentes, desconsiderando a falta de investimentos e de políticas educacionais.

Quem irá avaliar o governo Tarso por descumprir o que determina a Constituição Estadual e pelo não cumprimento da lei do piso nacional? Pela falta de um projeto pedagógico construído com e pela comunidade escolar? Até quando vamos culpar as vítimas pelos crimes cometidos pelos seus algozes?

*Presidente do Cpers/Sindicato

IOTTI

Publicação de mandados no site do CNI teria frustrado operação contra quadrilha de roubo a bancos, diz polícia

Informações sobre o caso da Polícia Civil poderiam ser consultadas no internet



iotti@zerohora.com.br

BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br



Colaborou Kelly Matos

Na fila de espera

Há tantos temas polêmicos e importantes para serem votados no Congresso depois do segundo turno eleitoral, que é grande o risco de que pouco seja feito. O governo mandou para a Câmara o recado de que a divisão dos royalties do petróleo é prioridade. Mas os interesses de municípios, Estados e setores da economia são tantos, que é difícil acreditar em um acordo de líderes em tempo recorde. Também está na pauta do plenário o tão aguardado fim do fator previdenciário, assunto de forte apelo popular e impacto nas contas públicas. É outro projeto que demanda atenção especial e responsabilidade dos parlamentares na hora do voto. Por fim, foi instalada ontem a comissão responsável pela MP da redução do preço da energia. A medida precisa ser votada ainda neste ano para que a presidente Dilma cumpra a promessa da conta de luz mais barata a partir de fevereiro de 2013. Depois de se dedicarem com empenho às eleições, deputados e senadores terão muito o que fazer nos últimos meses do ano.



TEORI ZAVASCKI/REUTERS

Impacto final

Um acordo entre os ministros Joaquim Barbosa e Ayres Brito (foto) viabilizou uma sessão extra na próxima semana para que o julgamento do mensalão seja encerrado antes do segundo turno. Era tudo o que o PT não queria. Já se espera que o petista José Dirceu seja condenado também por formação de quadrilha bem às vésperas do pleito.

Em silêncio

Honrando a fama de discreto, Teori Zavascki saiu da sabatina na CCJ sem responder aos jornalistas. Seguido até o elevador, só levantou o olhar quando perguntado:

– Mas nem sobre o Grêmio o senhor fala?

– Oportunamente – disse o ministro, um torcedor apaixonado.

Tábua de salvação

A bancada do DEM no Congresso desembarcou de mala e cuia ontem em Salvador. A eleição de ACM Neto à prefeitura, na disputa contra o PT, é considerada a salvação do partido, que a cada pleito sai mais enfraquecido das urnas.

Comissão de frente

Ministros do STJ resolveram participar em peso da sabatina do colega Teori Zavascki, ocupando boa parte das cadeiras do plenário da CCJ. O entendimento é de que os senadores foram agressivos demais na primeira etapa e um apoio ostensivo seria estratégico na fase final.

PARA CONFERIR ali adiante

Frota

A 15 dias de começarem as discussões do orçamento no Congresso, as bancadas foram avisadas de que 100% das emendas parlamentares destinadas ao transporte escolar serão pagas. No orçamento deste ano, o Rio Grande do Sul não tinha emendas previstas para esse investimento, mas haverá para 2013. Santa Catarina, por exemplo, já levou até agora 135 ônibus.